



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**AMANDA MAILA DE FRANÇA SILVA**

**MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO:  
UM ESTUDO DA VARIAÇÃO OCUPACIONAL ENTRE 2012-2020**

**SUMÉ - PB  
2021**

**AMANDA MAILA DE FRANÇA SILVA**

**MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO:  
UM ESTUDO DA VARIAÇÃO OCUPACIONAL ENTRE 2012-2020**

**Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.**

**Orientador: Prof. Dr. Gilvan Dias de Lima Filho.**

**SUMÉ - PB  
2021**



S586m Silva, Amanda Maila de França.  
Mercado de Trabalho Brasileiro. / Amanda Maila  
de França Silva. - 2021.

32 f.

Orientador: Professor Dr. Gilvan Dias de Lima  
Filho.

Artigo Científico - Universidade Federal de  
Campina Grande; Centro de Desenvolvimento  
Sustentável do Semiárido; Curso Superior de  
Tecnologia em Gestão Pública.

1. Mercado de Trabalho Brasileiro. 2. Variação  
ocupacional - mercado de trabalho. 3. Emprego. 4.  
Desemprego. I. Lima Filho, Gilvan Dias de. II.  
Título.

CDU: 331.5(045)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626

**AMANDA MAILA DE FRANÇA SILVA**

**MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO:  
UM ESTUDO DA VARIAÇÃO OCUPACIONAL ENTRE 2012-2020**

**Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Professor Dr. Gilvan Dias de Lima Filho.  
Orientador – UAGESP/CDSA/UFCG**

---

**Professor Dr. Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento.  
Examinador I – UAGESP/CDSA/UFCG**

---

**Professor Me. Allan Gustavo Freire da Silva.  
Examinador II – UAGESP/CDSA/UFCG**

**Trabalho aprovada em: 01 de junho de 2021.**

**SUMÉ - PB**

## RESUMO

O trabalho é o fator de produção que possibilita ao ser humano transformar a natureza para adequá-la a formação de bens e serviços que tem por disposição a satisfação das necessidades e desejos humanos. Como toda mercadoria, o trabalho compõe um mercado específico, onde a oferta é realizada pelos trabalhadores, a demanda pelos empregadores, e o seu preço é expresso pelo valor do salário. Salienta-se que, do mesmo modo que a existência humana e social, o mercado de trabalho não é estático, passando inclusive na última década por profundas modificações, sobretudo, no Brasil. Dentre desse contexto, este estudo teve como objetivo central analisar as mudanças que ocorreram no mercado de trabalho brasileiro entre 2012-2020, levando em conta, especialmente as alterações na população ocupada considerando aspectos por categoria, perfil de empregabilidade, setor econômico e rendimentos. O tema foi escolhido em virtude da importância que o mercado de trabalho dispõe para a economia e o desenvolvimento nacional. Metodologicamente, o estudo posiciona-se como descritivo, exploratório, bibliográfico e documental (pautados pelas informações contidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua -, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE). Os resultados comparativos do período (2012-2020), por sua vez comprovaram um adicional de 3,346 milhões de pessoas na População Economicamente Ativa (PEA), uma queda de 3,011 milhões de pessoas empregadas e um aumento 6,357 milhões de desempregados. Em termos de rendimento os melhores ganhos médios mensais estiveram com os trabalhadores alocados no setor público com carteira de trabalho assinada e entre os militares e funcionários públicos estatutários. Como conclusão, constatou-se a depreciação do emprego e a baixa evolução real dos rendimentos auferidos pelos trabalhadores tanto formais e informais.

**Palavras-chave:** mercado de trabalho; mudanças conjunturais; emprego e desemprego.

## ABSTRACT

Work is the production factor that enables human beings to transform nature in order to adapt it to the formation of goods and services that have the provision of satisfying human needs and desires. Like all commodities, labor makes up a specific market, where the supply is made by workers, the demand by employers, and its price is expressed by the value of the wage. It should be noted that, just like human and social existence, the labor market is not static, having undergone profound changes in the last decade, especially in Brazil. Within this context, this study aimed to analyze the changes that occurred in the Brazilian labor market between 2012-2020, especially considering changes in the employed population considering aspects by category, employability profile, economic sector and income. The theme was chosen because of the importance that the labor market has for the economy and national development. Methodologically, the study is positioned as descriptive, exploratory, bibliographic and documentary (based on the information contained in the Continuous National Household Sample Survey - Continuous PNAD - conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE). The comparative results for the period (2012-2020), in turn, showed an additional 3.346 million people in the Economically Active Population (PEA), a decrease of 3.011 million people employed and an increase of 6.357 million unemployed. In terms of income, the best average monthly earnings were with workers allocated in the public sector with a formal contract and among the military and statutory civil servants. As a conclusion, there was a depreciation of employment and a real low evolution of income earned by both formal and informal workers.

**Keywords:** labor market; conjunctural changes; employment and unemployment.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Composição absoluta da população brasileira (médias anuais - mil pessoas).....	<b>21</b>
<b>Quadro 2</b>	Composição relativa da população brasileira.....	<b>22</b>
<b>Quadro 3</b>	Composição absoluta da População Ocupada (PO) - (médias anuais - mil pessoas).....	<b>23</b>
<b>Quadro 4</b>	Composição relativa da População Ocupada (PO).....	<b>23</b>
<b>Quadro 5</b>	Composição absoluta da População Empregada (PE) por setor econômico - (médias anuais - mil pessoas).....	<b>24</b>
<b>Quadro 6</b>	Composição relativa da População Empregada (PE) por setor econômico..	<b>24</b>
<b>Quadro 7</b>	Composição absoluta da População Empregada (PE) no setor privado - (médias anuais - mil pessoas).....	<b>25</b>
<b>Quadro 8</b>	Composição relativa da População Empregada (PE) no setor privado - (médias anuais - mil pessoas).....	<b>25</b>
<b>Quadro 9</b>	Composição absoluta da População Empregada (PE) no setor público - (médias anuais - mil pessoas).....	<b>26</b>
<b>Quadro 10</b>	Composição relativa da População Empregada (PE) no setor público - (médias anuais - mil pessoas).....	<b>27</b>
<b>Quadro 11</b>	Subutilização absoluta da força de trabalho no Brasil - (médias anuais - mil pessoas).....	<b>27</b>
<b>Quadro 12</b>	Subutilização relativa da força de trabalho no Brasil - (médias anuais - mil pessoas).....	<b>28</b>
<b>Quadro 13</b>	Rendimento médio mensal da População Empregada (PE) no Brasil.....	<b>29</b>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>O TRABALHO E A SUA IMPORTÂNCIA.....</b>	<b>8</b>
2.1	O TRABALHO E SUAS DISTINTAS CONCEITUAÇÕES.....	9
2.2	TIPOS DE TRABALHO.....	11
2.3	DIFERENÇA ENTRE RELAÇÃO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE EMPREGO.....	13
<b>3</b>	<b>MERCADO DE TRABALHO E SUAS CATEGORIAS.....</b>	<b>15</b>
3.1	LÓGICA DE FUNCIONAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO.....	15
3.2	MERCADO DE TRABALHO E SUAS CATEGORIAS.....	17
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>20</b>
<b>5</b>	<b>EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL.....</b>	<b>21</b>
5.1	COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA (PO).....	22
5.2	COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA (PE) POR SETOR ECONÔMICO.....	23
5.3	COMPOSIÇÃO POR VINCULO DA POPULAÇÃO EMPREGADA (PE) NO SETOR PRIVADO.....	25
5.4	COMPOSIÇÃO POR VINCULO DA POPULAÇÃO EMPREGADA (PE) NO SETOR PÚBLICO.....	26
5.5	SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	27
5.6	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DA POPULAÇÃO EMPREGADA (PE).....	28
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>30</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>31</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A compreensão de trabalho como um conjunto de atividades laborais realizadas pelo homem, empregado como fator produtivo, deriva de uma série de acontecimentos históricos, como a vida em sociedade, a formação e consolidação do comércio nacional e internacional e o desenvolvimento dos sistemas produtivos. Dessa forma, o sentido de trabalho (finalidade), sua centralidade (importância para a vida do indivíduo) e valorização (prestígio e retorno financeiro) são oriundos de fatores que foram alterados ao longo do tempo, logo, a percepção de trabalho depende da época, da cultura e do modo como o homem concerne e se relaciona com o mundo e seus aspectos socioeconômicos.

Todavia, independente do momento histórico, o trabalho sempre foi essencial para o progresso material e o desenvolvimento econômico de um país. Nenhum território, povo ou nação, apresentou evolução significativa e contínua de seus indicadores econômicos e sociais sem estar associado a identificadores progressivos do fator produtivo trabalho, tais como, produtividade, emprego e rendimentos.

Dentro desse contexto, o objetivo principal desse estudo foi analisar as transformações que se sucederam no mercado de trabalho brasileiro entre 2012-2020, ponderando, notadamente as modificações na população ocupada, examinando aspectos vinculados a categoria laboral, o perfil de empregabilidade, o setor econômico e o segmento produtivo em exercício.

Salienta-se como justificativa que o tema foi selecionado pela sua relevância para todo o contexto econômico e social do país. O período foi escolhido por ter o conjunto de informações mais contemporâneo disponível para análise do mercado de trabalho brasileiro (os dados do ano de 2021 ainda estão em construção). Por fim, elegeu-se como foco a população ocupada por ser efetivamente o segmento da População Economicamente Ativa (PEA) que sustenta toda a dinâmica econômica.

Em concordância ao exposto, o trabalho procurou responder o seguinte questionamento: Quais alterações ocorreram na composição do mercado de trabalho brasileiro entre 2012-2020?

Como arranjo o artigo é formado por seis partes: na seção introdutória foram evidenciados de maneira concisa o tema, o objetivo principal, a justificativa e o problema; na segunda seção foi exaltado o sentido e a importância do trabalho; na terceira seção discorreu-se sobre o significado e as categorias que compõe o mercado de trabalho; na quarta seção foi delineada a metodologia; na quinta seção foram expostos os resultados sobre as mudanças na composição da população ocupada; e na última seção foram apontadas os argumentos conclusivos da pesquisa.

## 2 O TRABALHO E A SUA IMPORTÂNCIA

Ao longo da história da humanidade, o trabalho passou por inúmeras modificações, as quais tornaram-no um fator social indissociável da existência humana e da identidade do sujeito humano. Etimologicamente, a palavra “trabalho” recepiona diversos significados, oriundos de múltiplos campos do conhecimento, como, por exemplo, a história, a filosofia, a sociologia, e a própria economia. Enquanto fenômeno social é observado desde os primórdios da civilização, sendo, por isso, uma atividade indissociada da própria humanidade.

A partir dessa perspectiva, o trabalho pode representar tanto uma condição de neutralidade quanto um fator de centralidade na identidade pessoal dos trabalhadores, assim como na identificação com a sociedade (GARCIA, HENRIQUE, 2013). Deste modo, a importância do trabalho na vida do ser humano vai além da noção comum, que o aloca em uma categoria de atividade voltada a satisfação das necessidades básicas, apresentando, ainda, implicações capazes de influenciar na vida do indivíduo, e, até mesmo, na economia de uma região.

Segundo David, Araújo e Silva (2013), o trabalho é um dos meios de produção necessários para a composição dos produtos e serviços consumidos diariamente, ligados ao homem. Dentro desse processo de produção, o homem contribui de forma significativa através da atividade física ou intelectual, a qual é doutrinariamente denominada como mão de obra.

O fenômeno laboral, quando em apreço pelos dogmas doutrinários, é permeado de inúmeros fatores, dentre os quais incluem-se as horas de trabalho na produção, o conhecimento, a técnica e as capacidades de quem está envolvido no processo. Outrossim, a compreensão do trabalho enquanto ocorrência social indica que todo labor pressupõe tendência para um fim e esforço, de tal maneira que, para alguns pesquisadores, este esforço pode ser de duas ordens (medidas de sobreposição), quais sejam: preponderantemente físico ou preponderantemente intelectual, o qual será determinado pela natureza da atividade demandada.

Do ponto de vista fenomenológico, as ciências sociais aplicadas ponderam ainda sobre outros aspectos, dentre os quais possui forte relevância aqueles que lidam com a mensuração da População Economicamente Ativa (PEA) de uma determinada região. De modo sintético, PEA é a parcela da população que trabalha ou está em busca de emprego, sendo, portando, os integrantes de um sistema produtivo e aqueles que estão à disposição do referido sistema. Analisando-se os dados oriundos desse estudo ocupacional, é possível, por exemplo, registrar, tabelar, entender e prospectar a dinâmica do desemprego em uma localidade, bem como, descrever a dinâmica de ocupação dos grupos empregados, dentre outros.

Somaticamente, a economia, englobando as mais diversas movimentações de capital de um país, também se encontra atrelada a dinâmica e aos resultados alcançados pelo trabalho. Conseqüentemente, quanto maior for o número de pessoas trabalhando e recebendo remuneração, maior será a quantidade de itens a serem consumidos nas variadas áreas como: vestuários, alimentação e comércio, por exemplo. Além disso, analisando indicadores que apontam para o desgaste/instabilidade de um ecossistema econômico, tais como os índices de inadimplência, percebe-se que as melhoras observadas no ciclo laboral repercutem inversamente nesses índices, o que ocasiona a sua diminuição. Logo, os avanços proporcionados no ambiente do trabalho ajudam a economia a crescer e impedem que ela degrade/deteriore.

Acerca da relação entre o trabalho e a economia, é pertinente se observar a análise desenvolvida por LOPES (2017), em sua tese:

É necessário conciliarmos o emprego *versus* economia, uma vez que para aumentar a empregabilidade é necessário que a economia tenha capacidade de gerar, ou seja, o clima econômico está diretamente relacionado com a qualificação e remuneração dos indivíduos (Carvalho, 2017). (LOPES, 2017, P.3)

Dessa maneira, o estímulo ao aumento e a qualificação da mão de obra somaticamente a esforços que estabeleçam a manutenção do trabalho são fundamentais para o crescimento do país, pois quanto mais serviços prestados e remunerados, mais alto será o desenvolvimento do país/região, e menores tenderão a ser as perdas econômicas sofridas. Assim, o estudo da dinâmica do trabalho representa o entendimento de um fator que induz a ampliação da renda, do consumo e também da produção e emprego.

## 2.1 O TRABALHO E SUAS DISTINTAS CONCEITUAÇÕES

O trabalho muitas vezes é compreendido como uma forma por meio da qual o cidadão obtém recursos necessários para sua sobrevivência, nesse interim troca horas trabalhadas por um salário. Todavia, essa compreensão, conquanto esteja arraigada no entendimento comum da sociedade, é insuficiente para os fins que o presente trabalho propõe, sendo, por isso, necessário promover a enumeração de alguns conceitos apresentados pela literatura.

Inicialmente, parte-se das formulações de Marx (1983), para quem a forma de trabalho se resumia na atividade sobre a qual o ser humano emprega sua força para produzir os meios para o seu sustento. Entretanto, para o retromencionado autor, a forma de trabalho se assumia,

ainda, a faceta de uma forma de exploração e alienação do trabalhador, promovida pelo modo de produção capitalista. Esse sistema (modelo) produtivo, ocasionava a seguinte consequência: quanto maior for o ofício de trabalho, mais alienado o trabalhador será. Acerca da alienação do trabalhador, Marx elucida que tal ocorrência refere-se ao fato do trabalhador não deter, possuir ou sequer dominar os meios de produção.

Abordando a temática, Durkheim (1999) disserta sobre a denominada divisão social do trabalho, apontando-a como fonte principal da solidariedade. Em suas obras, a certa medida, a percepção de trabalho começa a ser representada como especializada, o que reforça os traços de dependência do trabalhador frente aos meios de produção. Para ele, quanto maior e complexa for a sociedade, mais acentuada será a divisão social do trabalho. Essa especialização origina-se no crescimento populacional, que faz ser imperativo essa divisão das tarefas, e posterior especialização.

Em detida análise sobre o tema em apreço, Albornoz (1994) apresenta duas significações do que seria trabalho, quais sejam: a de realizar uma obra que te expresse, que dê reconhecimento social e permaneça além da vida; e a de esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, de resultado consumível e incômodo inevitável. Ponderando-se sobre a primeira definição, percebe-se que sua pertinência é mais adequada à noção de missão individual, ou seja, aquilo que se escolhe desempenhar na vida, como um todo. Analisando a segunda perspectiva, porém, percebe-se que o trabalho é um fato social presente em toda a sociedade, isto é, algo que se impõe aos indivíduos independentes de suas vontades. Sendo, portanto, a segunda definição mais pertinente com a proposta atual em voga nos mais diversos países.

Seguindo esta linha de raciocínio, Braverman (1987) defende a ideia de que o processo de trabalho de certa forma iniciou-se como uma relação contratual (um acordo) que estabelece as condições da venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra por um empregador. Nesse contexto, o trabalhador adere às condições contratuais porque as condições sociais não lhe dão outra alternativa para angariar a subsistência. O empregador, por outro lado, será o possuidor de uma unidade de capital, sobre a qual aplicará esforço para ampliar os seus resultados produtivos, convertendo-os em lucros e salários.

Blanch, em sua obra, disserta que:

Quando falamos de trabalho, nos referimos a uma atividade humana, individual ou coletiva, de caráter social, complexa, dinâmica, mutante e irreduzível a uma simples resposta instintiva ao imperativo biológico da sobrevivência material. Distingue-se de qualquer outro tipo de prática animal por sua natureza reflexiva, consciente, propositiva, estratégica, instrumental e moral (BLANCH, 2003, p. 34-35 *apud* COUTINHO, 2009, p.191).

Em síntese, além das disposições doutrinárias apresentadas, existem outras abordagens que atribuem conotações negativas ao trabalho. Essas definições estão relacionadas a representação de trabalho como maldição, jugo, castigo, coerção, esforço e como mera função instrumental para a sobrevivência material. Embora sejam, definições pertinentes a diversos âmbitos de análise, para o presente trabalho não possuem adequação temática.

## 2.2 TIPOS DE TRABALHO

Inicialmente, explicitou-se que o trabalho é um fenômeno social, em decorrência disso, com o passar dos anos as formas de trabalho sofreram influência de diversas ocorrências macrosociais, dentre as quais podem ser apontadas como as mais significativas: o aumento da população, o avanço da tecnologia e do conhecimento humano. No Brasil existem vários tipos de trabalho, sendo classificados conforme sua legitimidade, formalidade e seus contratos. De modo exemplificativo, os tipos de trabalho são divididos em formal e informal, os quais podem ser subdivididos em trabalho autônomo, voluntário, freelancer, assalariado, empresário ou empreendedor, profissionais liberais, doméstico e escravo ou forçado.

O trabalho formal é considerado “[...] compra e venda de serviços de mão de obra, estabelecida por contrato de trabalho, regulamentado por legislação específica como a CTL” (DAVID, ARAUJO, SILVA, 2013. p.40). A Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), regulamenta as relações trabalhistas, tanto do trabalho urbano como rural. Dessa forma, os contratos de trabalhos formais são aqueles que se apresentam em conformidade com as determinações legais do Ordenamento Jurídico pátrio. Quando se desenvolvem no contexto privado, devem ser registrados na Carteira de Trabalho, e cumprir as determinações mínimas do regime celetistas, dentre as quais a concessão de descanso semanal, férias, 13º salário e outros.

Paralelamente a modalidade formal, tem-se o trabalho informal, isto é, “a relação de trabalho, compra e venda de serviços e mão-de-obra. Nesta relação não há interferência legal. Dessa forma é desvantajoso tanto para o trabalhador como para o Estado” (DAVID, ARAUJO, SILVA, 2013, p.41). Ao contrário do formal, esta modalidade de trabalho não observa os ditames legais em patamares mínimos, sendo assim, não há registro em Carteira de Trabalho, o que pode gerar consequências como a não concessão das férias, a retenção do 13º salário, o não recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), entre outros

Modernamente, uma modalidade vem ganhado destaque nos mais diferentes segmentos econômicos, qual seja, o trabalho autônomo, regime no qual o indivíduo não é empregado, mas trabalha em sua especialidade de maneira livre (PEREIRA, 2018). É neste que o trabalhador presta serviços por conta própria (absorve por conta própria os benefícios e os riscos do desempenho da atividade). Normalmente, tais serviços são especializados. Embora possam exercer o serviço de modo informal, é comum que os indivíduos que empreendam autonomamente registrem-se como Microempreendedores Individuais (MEI), que permite o recolhimento de tributos de forma regulamentar, e, ainda, salvaguarda o referido indivíduo contra alguns infortúnios próprios da atividade desenvolvida.

Segundo Souza e Lautert (2008), o trabalho voluntário é aquele no qual o indivíduo doa seu tempo por vontade própria sem ganhar nenhuma remuneração econômica em troca. Ser voluntário, conseqüentemente, é prestar serviços em tempo integral ou parcial, geralmente em instituições sem fins lucrativos, igreja ou causa social, por exemplo. Percebe-se, portanto, que a principal característica dessa modalidade de trabalho é a ausência de retribuição pecuniária pelo serviço prestado.

Acerca do trabalho *freelancer*, entende-se que este é um serviço no qual o indivíduo presta serviços, de forma remunerada, para uma empresa ou um grupo de empresas, por um tempo determinado, não possuindo vínculo trabalhista. Dessa maneira, o ponto distintivo é que a atividade é desenvolvida sem que o vínculo empregatício seja firmado, ou seja, é uma mera prestação ocasional. Atualmente, alguns desses profissionais podem desenvolver suas atividades por meio da modalidade de prestação denominada *home-office* (escritório em casa).

Outra classificação de trabalho é o assalariado, neste modelo o agente presta serviços a uma empresa ou para outras pessoas físicas com o propósito de receber algo em troca disso. Este trabalho é regulamentado pela CTL, podendo a pessoa ter direito a carteira de trabalho registrada e ter todos os direitos estabelecidos.

Há também o trabalho empreendedor ou empresário, neste a pessoa presta serviços para sua própria empresa, sendo remunerado a partir de uma parcela gerada pelo desenvolvimento das atividades da instituição. Seu salário é conhecido como pró-labore (pelo trabalho), tendo reconhecimento pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), sendo, inclusive, reconhecida para fins de aposentadoria.

O trabalho de profissionais liberais é aquele que possui o nível técnico ou universitário para poder exercer sua profissão, sendo regulamentado e fiscalizado por entidades de classe como conselhos profissionais. Geralmente é remunerado, embora possa ser desenvolvido sem fins remuneratórios. São exemplos desse modelo os médicos, advogados e outros.

Quando se aborda o trabalho doméstico, é imperativo observar os estudos de Calsing e Alvarenga (2016), segundo o qual discorrem que esta modalidade consiste naquele em que a pessoa presta serviços de forma contínua, pessoal e onerosa, subordinada e de finalidade não lucrativa à pessoa ou família dona do imóvel residencial. Fazem parte desse trabalho todos os indivíduos que exercem funções da cozinha, limpeza e outros.

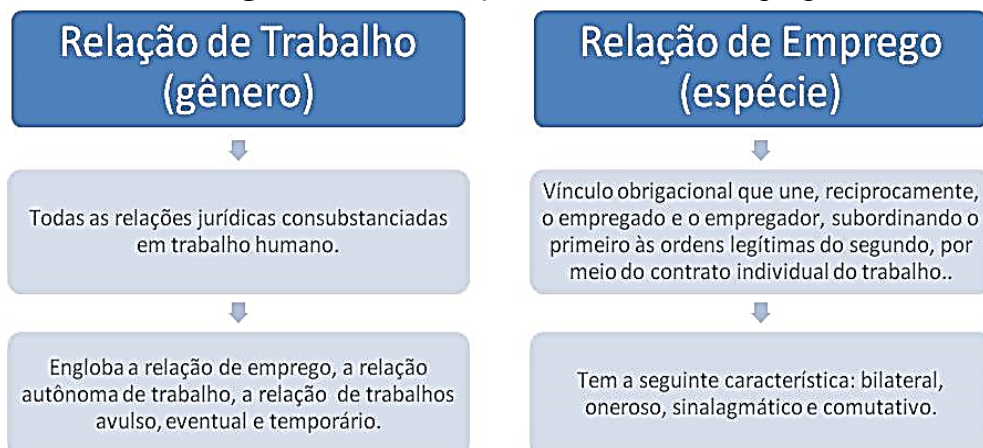
Por fim, segundo as Nações Unidas do Brasil (2016), o trabalho escravo é uma modalidade de trabalho que equivale a uma grave violação dos direitos humanos, sendo, portanto, forma ilegal, sem direitos trabalhistas, exaustivo, caracterizado pela precariedade das condições de trabalho, falta de segurança e, na maioria das vezes, desenvolvendo-se sem nenhuma remuneração. Apesar de abolida e criminalizada na maioria dos países, ainda são identificadas, nos presentes dias, situações em que o trabalhador é obrigado a se submeter a essas condições desfavoráveis.

Feitas as devidas explicações sobre as diversas categorias de trabalho, é pertinente e desejável diferenciar a compreensão de relação de trabalho da noção de relação de emprego.

### 2.3 DIFERENÇA ENTRE RELAÇÃO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE EMPREGO

Apesar de muitos confundirem a definição de trabalho e emprego, não são sinônimos. O trabalho está ligado a objetivos e realizações profissionais, ou seja, é uma ação do homem para sobreviver e se realizar, mesmo que muitas das vezes remetem a ideia de emoções, dor, tortura e fadiga, ele pode também ser satisfatório, já o emprego é simplesmente uma forma de conseguir renda, através de atividades da qual a pessoa atua por mera necessidade financeira e muitas vezes não precisa gostar do que faz (ALBORNOZ, 1994).

**Fluxograma 1 - Diferença entre trabalho e emprego.**



**Fonte:** Freire Júnior, 2021.

O Fluxograma 1 resume em um quadro esquemático as diferenças entre o trabalho e o emprego, referendando as definições já apresentadas que apontam que o trabalho será configurado como um conjunto de atividades para alcançar um objetivo, podendo ser remunerado ou não; enquanto o emprego é a atividade que se realiza com o intuito de buscar renda independente se é satisfatório. Sendo assim, toda relação de emprego é uma relação de trabalho, mas nem toda relação de trabalho é uma relação de emprego. Sob a perspectiva matemática, o conjunto das relações de emprego está contido no conjunto das relações de trabalho, todavia, o conjunto das relações de trabalho não está contido no conjunto das relações de emprego.

Apenas as relações de emprego são regidas pelas normas de direito, como mostra Alves e et al:

A Consolidação das Leis Trabalhistas, Constituição Federal de 1988 e demais normas trabalhistas são voltadas a assegurar os direitos da relação de emprego, no caso, aquelas pessoas físicas que configuram ser empregados” (ALVES, ALMEIDA, RODRIGUES, 2015, p. 73).

Logo, são previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas todos os direitos pertinentes a relação laboral, tais como: Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço, férias, etc. Enquanto, as relações de trabalho “[...] são caracterizadas por aspectos singulares presentes na contratação que, excepcionadas pela Carta Magna, eliminam a possibilidade de figurarem a relação de emprego” (ALVES, ALMEIDA, RODRIGUES, 2015, p. 77). Apesar dessas duas relações serem bem próximas, para o Direito, as relações de trabalho são figuras sociojurídicas com propósitos e princípios distintos que gerenciam suas situações em concreto.



### 3 MERCADO DE TRABALHO E SUAS CATEGORIAS

O estudo do mercado de trabalho passou por significativas reestruturações. Nesse sentido, diversos pesquisadores relatam a sensibilidade recente do setor e as alterações na dinâmica social. Além disso, essas modificações ocasionam transformações percebidas no próprio trabalho, enquanto fenômeno. Acerca disso, Lopes (2017) destaca o que segue:

As alterações de mercado de trabalho influenciaram a necessidade de alterar o conceito de trabalho como era considerado e tornando-o com características de maior flexibilidade. Deste modo, o modelo padrão de mercado ou a relação de emprego tradicional teve que ser adaptado. O modelo padrão de trabalho era caracterizado como um emprego a tempo integral, sem termo, por uma única empresa e protegidos contra o despedimento abusivo (Bronstein, 1991). (LOPES, 2017, p.3)

No que diz respeito ao mercado de trabalho brasileiro, o início do seu desenvolvimento contemporâneo é observado a partir do século XX. Durante as três primeiras décadas do referido período, o trabalho transformou-se em uma mercadoria livremente comercializada, já que as leis e os contratos coletivos eram quase inexistentes (LAMOUNIER, 1988). Entre os anos de 1930 a 1940, o cooperativismo abordado no governo de Vargas estabeleceu significativas leis voltadas para o trabalho. Com o passar das décadas, a legislação do trabalho ficou cada vez mais detalhada, e o trabalho cada vez mais justo. A partir das inovações varguistas, o salário mínimo, a jornada de trabalho, as férias anuais e outros direitos trabalhistas foram introduzidos no cotidiano laboral pátrio.

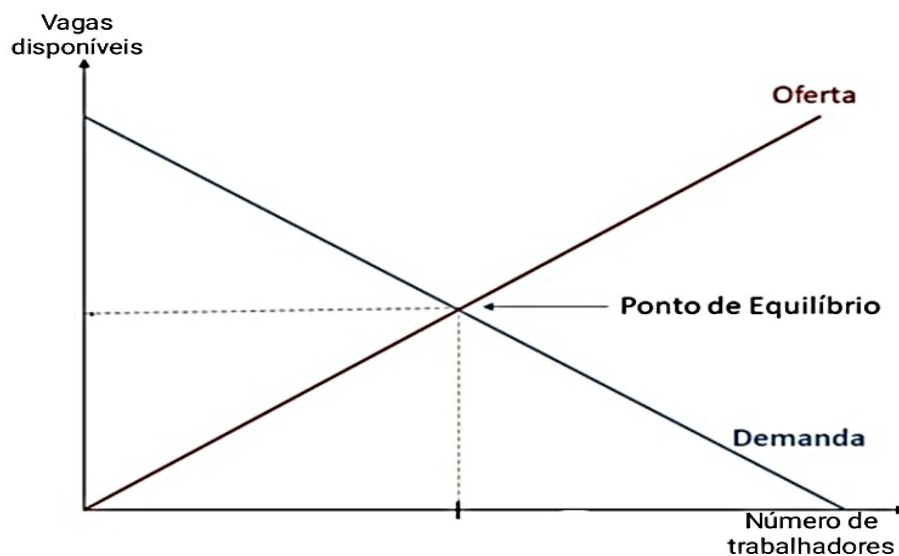
Nesse sentido, além de conhecer os seus institutos, é imperativo desenvolver um estudo analítico sobre a lógica do funcionamento do mercado de trabalho.

#### 3.1 LÓGICA DE FUNCIONAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO

O funcionamento do mercado de trabalho, tem sua dinâmica caracterizada por uma íntima relação com a noção de trabalho, sendo de suma importância para a economia de um país, já que, por ser idêntico aos demais mercados, possui comportamentos econômicos de firmas e indivíduos que buscam maximizar seus ganhos (lucros e bem-estar), onde as funções da oferta e da demanda de emprego dependem muito do nível do salário (OLIVEIRA, PICCININ, 2011). Dessa forma, a Lei da oferta e da demanda, rege esse tipo de relação, e apresenta-se empiricamente como uma busca por estabilizar a procura e a oferta de um determinado serviço ou bem.

A importância do mercado de trabalho consiste “no fato de ser o local onde os indivíduos transacionam, aos preços assim determinados, o seu principal – e, na maioria das vezes, único – ativo, que é a sua capacidade laboral” (RAMOS, 2007, p. 07). Nesse sentido, o mercado de trabalho funcionará como um meio onde o trabalhador irá vender sua mão de obra para um empregador, isto é, a oferta do mercado de trabalho configura-se como a mão de obra dos trabalhadores, a demanda será realizada pelos empregadores e o ponto de equilíbrio entre ambos será o salário, conforme representação no Gráfico 1.

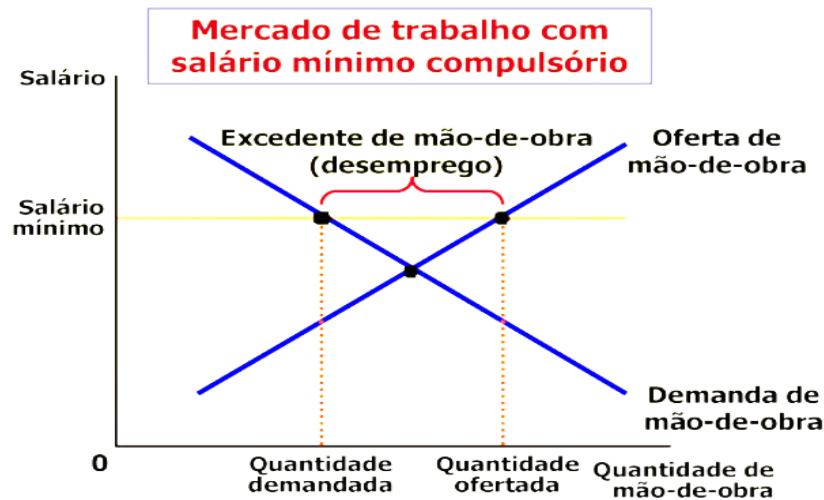
**Gráfico 1 - Lógica de funcionamento do mercado de trabalho.**



Fonte: Poincaré, 2021.

Existe muito dinamismo neste mercado. Em alguns casos, pode ocorrer desajustes desestabilizando o sistema. Em tais casos, por exemplo, os trabalhadores podem não encontrar postos de trabalho (excedente de mão de obra - desemprego), ou os empregadores podem não localizar mão de obra em quantidade suficiente para a sua demanda (escassez de mão de obra - excedente de vagas).

**Gráfico 2 - Lógica de funcionamento do mercado de trabalho.**



Fonte: Dias, 2021.

Sobre a representação contida no Gráfico 2, é factível, também, um desajuste que pode ser oriundo dos altos salários dos trabalhadores, o que ocasionará restrições a oferta de trabalho, uma vez que os empregadores podem não possuir recursos para arcar com remunerações elevadas. Exemplo, quando o governo estabelece um salário mínimo acima das condições de mercado, normalmente ao invés de favorecer a classe trabalhadora, acaba gerando impedimentos para que um volume maior de vagas seja disponibilizado, o que retrai o mercado de trabalho formal e estimula o mercado de trabalho informal.

Além disso, usualmente, a maioria das vezes as empresas só contratam trabalhadores quando seu nível marginal está inferior a produtividade marginal do trabalho. (OLIVEIRA, PICCININ, 2011). As necessidades de mão de obra das empresas podem depender muito do volume de produção que pretendem atender.

Nesse sentido, a quantidade de trabalhadores e a disponibilidade de vagas são fatores que devem estar em equilíbrio para que o sistema laboral da localidade possa se desenvolver de uma maneira positiva.

Compreendida a dinâmica funcional exposta pelo mercado de trabalho, é importante observar as categorias de registros laborais previstas dentro do contexto brasileiro.

### 3.2 MERCADO DE TRABALHO E SUAS CATEGORIAS

A análise do mercado de trabalho brasileiro é feita a partir dos registros administrativos e pesquisas domiciliares. Os registros administrativos como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ambos

gerenciados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) são formados por informações exercidas pelas empresas, e visam atender necessidades de fiscalização, administração e monitoramento (RAMOS, 2007).

As pesquisas domiciliares como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), são compostas por uma seleção aleatória de indivíduos que prestam as informações necessárias (RAMOS, 2007). Sendo essas pesquisas, elaboradas a partir de planos amostrais que certificam sua confiabilidade.

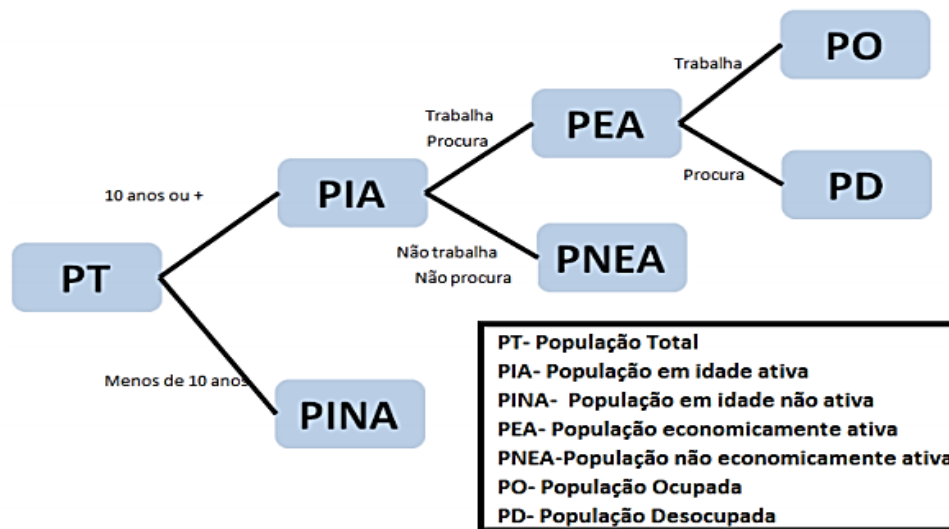
Em 2012, tanto a PNAD como PME foram substituídas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua (PNAD-Contínua). A PNAD-Contínua tem por objetivo “[...] produzir informações contínuas e informações anuais que subsidiem os estudos e avaliações sobre o estágio do desenvolvimento econômico” (CESIT, 2015, p. 07). Essas informações refletem na inclusão da população no mercado de trabalho, uma vez que, fazem parte desta população, todos que estão em idade de trabalhar, ou seja, a população com 14 anos ou mais de idade.

Dentro desta população de 14 anos ou mais está a força de trabalho, que corresponde a População Economicamente Ativa (PEA). Para a PNAD contínua, a força de trabalho equivale as pessoas em situação de ocupação e desocupação na semana de referência, que é aquela anterior a semana da entrevista.

Com base nisto, as pessoas consideradas ocupadas são as que trabalharam pelo menos uma hora completa no trabalho na semana de referência e receberam alguma remuneração por essa atividade ou que trabalharam e não receberam nenhuma remuneração direta ou, ainda, fazem parte também as pessoas que tinham trabalho remunerado, mas na semana de referência estavam afastados. Já, a população desocupada é composta por todos os que estavam sem emprego, mas a procura de emprego durante os últimos 30 dias.

Deste modo, A PNAD visa produzir indicadores para conduzir as flutuações trimestrais e a evolução no médio e longo prazo da força de trabalho e outras informações para possível desenvolvimento do país, conforme elucida o Organograma 1 abaixo.

**Organograma 1 - Principais indicadores de mercado de trabalho.**



Fonte: CESIT, 2021.

Todavia, todas as pesquisas domiciliares são feitas com base na População Total (PT) de um país. A PT tem um conceito numérico, associado a quantidade de indivíduos em determinado espaço geográfico (equivalendo a população do país). Dentro desse espaço, existem aqueles que estão em idade ativa, aptos a exercer determinada atividade econômica, que para o IBGE é denominado de População em Idade Ativa (PIA) e os indivíduos que estão em idade não ativa, isto é, a População em Idade Não Ativa (PINA) por muito jovem ou muito velha.

A PIA inclui todos os indivíduos com 14 anos ou mais de idade aptos a exercer atividade econômica. Esta População se subdivide em duas, a População Economicamente Ativa (PEA) e a População Não Economicamente Ativa (PNEA).

Logo, a PEA corresponde ao potencial de mão de obra que o setor produtivo pode contar, ou seja, refere-se a toda população que está inserida no mercado de trabalho ou que está à procura de se inserir nele para exercer alguma atividade remunerada, sendo dividido em População Ocupada (PO) e População Desocupada (PD). Já a PNEA, é composta por todos os que estão na PIA, mas não fazem parte da PEA (estudantes, donas de casa, etc.).

Fazem parte da PO todos os que exercem trabalho remunerado ou sem remuneração na semana de referência. Esta remuneração pode ser em forma de salário, produtos e mercadorias ou através de benefícios (moradia, alimentação e outros). Já a PD são os indivíduos que estão sem trabalho ou a procura na semana de referência.

#### 4 METODOLOGIA

Com base no objetivo proposto, o trabalho parte de uma pesquisa bibliográfica e documental, de cunho exploratório. Em termos bibliográficos foram utilizados na elaboração da revisão da literatura científica diversas obras e autores no levantamento de referências que trataram também de assuntos relacionados ao mercado de trabalho e desenvolvimento econômico. Em termos documentais foram utilizados dados estabelecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua (PNAD-Contínua) e disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Extensão (IBGE) entre os anos de 2012 a 2020.

O método adotado na pesquisa foi o quantitativo, pois, para fazer a análise da evolução do mercado de trabalho foi feito um levantamento de todos os dados fornecidos pela PNAD-Contínua. Dessa forma, o trabalho foi composto por dados secundários e analisados de forma exploratória, pois, buscou-se adentrar no estudo sobre a temática em questão e também baseando-se nas pesquisas já feitas.

Destaca-se que os dados foram deflacionados, aplicando o ano de 2018 como base. O índice aplicado para deflacionar foi o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por ser empregado pelo governo brasileiro como indicador oficial de medição da inflação.

## 5 EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

O mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos vem tendo um crescimento significativo desde o final do século XVIII, notadamente após a chegada da industrialização, a qual possui importante efeito indutor do crescimento econômico. Para fazer uma análise da evolução do mercado de trabalho brasileiro, utilizou-se os dados do IBGE e da PNAD-Contínua. Portanto, para facilitar na orientação dos dados como contextualização, as tabelas 01 e 02 expõem as composições absoluta da população brasileira a partir do ano de 2012 até o ano de 2020.

O Quadro 1 mostra que, em 2020 a população maior ou igual a 14 anos teve um aumento de 17,9 milhões de pessoas se comparado com a população de 2012, enquanto, a população menor de 14 anos apresentou uma queda de 4,5 milhões. Além disso, como decorrência do Covid-19 em 2020, o mercado de trabalho brasileiro sofreu fortes impactos, resultando em uma queda da População Ocupada (PO) de aproximadamente 3 milhões de pessoas em 2020 com relação ao ano de 2012. Em contrapartida, o quantitativo da População de Desocupados (PD) teve um aumento de 6,3 milhões de pessoas.

Por conseguinte, a população dentro da força de trabalho (População Economicamente Ativa - PEA) em 2020 teve aumento de 3,3 milhões de pessoas com base na população de 2012 (apesar de ter diminuído cerca de 6,4 milhões entre os anos de 2019 a 2020). E a população fora da força de trabalho teve aumento de 14,5 milhões, sendo um dos mais altos de todos os anos.

**Quadro 1** - Composição absoluta da população brasileira (médias anuais - mil pessoas).

Populações		Anos									
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
População	Total	197.717	199.432	201.143	202.846	204.535	206.207	207.856	209.476	211.064	
	> ou = 14 Anos de Idade	156.521	158.704	161.199	163.527	165.601	167.669	169.376	171.034	174.439	
	<14 Anos de Idade	41.196	40.727	39.944	39.319	38.935	38.538	38.479	38.442	36.626	
População de 14 Anos ou Mais de Idade	Total	Total	156.521	158.704	161.199	163.527	165.601	167.669	169.376	171.034	174.439
		Força de Trabalho	96.122	97.225	98.336	100.216	101.671	103.470	104.361	105.964	99.468
		Fora da Força de Trabalho	60.400	61.479	62.863	63.311	63.930	64.199	65.016	65.070	74.971
	Força de Trabalho	Total	96.122	97.225	98.336	100.216	101.671	103.470	104.361	105.964	99.468
		Ocupadas	89.064	90.302	91.638	91.685	89.975	90.294	91.571	93.390	86.053
		Desocupadas	7.058	6.924	6.699	8.531	11.696	13.176	12.790	12.575	13.415

Fonte: PNAD Contínua, 2021. (Adaptado pelo Orientador)

Do ponto de vista relativo, contemplado pela exposição contida no Quadro 2, em 2020 a população com mais de 14 anos ou igual teve um aumento de 3,4%, enquanto, a população menor de 14 anos, apresentou uma queda de 3,4%. Entre 2012 e 2020 a população na força de trabalho teve queda de 4,4% e a população fora da força de trabalho apresentou acréscimo de 4,4%. A População Ocupada (PO) entre os anos analisados tiveram queda de 6,2% e a População de Desocupados (PD) apresentou aumento de 6,2%.

**Quadro 2 - Composição relativa da população brasileira.**

Populações		Anos									
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
População	<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	
	> ou = 14 Anos de Idade	79,2%	79,6%	80,1%	80,6%	81,0%	81,3%	81,5%	81,6%	82,6%	
	<14 Anos de Idade	20,8%	20,4%	19,9%	19,4%	19,0%	18,7%	18,5%	18,4%	17,4%	
População de 14 Anos ou Mais de Idade	Total	<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	
		Força de Trabalho	61,4%	61,3%	61,0%	61,3%	61,4%	61,7%	61,6%	62,0%	57,0%
		Fora da Força de Trabalho	38,6%	38,7%	39,0%	38,7%	38,6%	38,3%	38,4%	38,0%	43,0%
	Força de Trabalho	<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	
		Ocupadas	92,7%	92,9%	93,2%	91,5%	88,5%	87,3%	87,7%	88,1%	86,5%
		Desocupadas	7,3%	7,1%	6,8%	8,5%	11,5%	12,7%	12,3%	11,9%	13,5%

Fonte: PNAD Contínua, 2021. (Adaptado pelo Orientador)

## 5.1 COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA (PO)

O Quadro 3, visa analisar a População Ocupada (PO), contemplando os empregados, os empregadores, os que trabalham por conta própria e os que se enquadram como trabalhador familiar auxiliar. Em 2020, o valor das pessoas que fazem parte dos empregados caiu cerca de 5 milhões de pessoas se comparado com o valor de 2012; os empregadores tiveram aumento de 493 mil pessoas; os por conta própria aumentaram cerca de 2,3 milhões e os que estão como trabalhador familiar auxiliar caíram cerca de 810 mil pessoas.



**Quadro 3 - Composição absoluta da População Ocupada (PO) -**  
(médias anuais - mil pessoas).

Anos									
População de 14 anos ou mais de idade ocupada	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Total</b>	<b>89.064</b>	<b>90.302</b>	<b>91.638</b>	<b>91.685</b>	<b>89.975</b>	<b>90.294</b>	<b>91.571</b>	<b>93.390</b>	<b>86.053</b>
<b>Empregado</b>	62.408	63.039	64.083	62.982	61.565	61.286	61.726	62.633	57.341
<b>Empregador</b>	3.537	3.711	3.768	4.001	3.897	4.225	4.409	4.404	4.030
<b>Conta Própria</b>	20.347	20.784	21.183	22.123	22.409	22.586	23.263	24.221	22.720
<b>Trabalhador Familiar Auxiliar</b>	2.773	2.769	2.604	2.579	2.105	2.197	2.173	2.132	1.963

Fonte: PNAD Contínua, 2021. (Adaptado pelo Orientador).

A partir dos dados contidos no Quadro 4, expõe-se os valores relativos em porcentagem da população ocupada, tendo como ano de referência 2012 e como ano de medição o ano final da série (2020). Dessa forma, a população de empregados em 2020 teve uma queda de 3,5%, enquanto, os empregadores tiveram aumento de 7%; os trabalhadores por conta própria também tiveram aumento de 3,6%; e os que se enquadram como trabalhador familiar auxiliar retraíram cerca de 0,8%. Assim, todo esse impacto de queda, principalmente na população dos empregados e dos trabalhadores familiares auxiliar estão relacionados com a crise econômica e desemprego agravados pelos conjunturais da economia brasileira, sobretudo, a partir 2015.

**Quadro 4 - Composição relativa da População Ocupada (PO).**

Anos									
População de 14 anos ou mais de idade ocupada	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
<b>Empregado</b>	70,1%	69,8%	69,9%	68,7%	68,4%	67,9%	67,4%	67,1%	66,6%
<b>Empregador</b>	4,0%	4,1%	4,1%	4,4%	4,3%	4,7%	4,8%	4,7%	4,7%
<b>Conta Própria</b>	22,8%	23,0%	23,1%	24,1%	24,9%	25,0%	25,4%	25,9%	26,4%
<b>Trabalhador Familiar Auxiliar</b>	3,1%	3,1%	2,8%	2,8%	2,3%	2,4%	2,4%	2,3%	2,3%

Fonte: PNAD Contínua, 2021. (Adaptado pelo Orientador)

## 5.2 COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA (PE) POR SETOR ECONÔMICO

A análise da População Empregada (PE) pode ser realizada pela alocação em três categorias, sendo elas: o setor privado, o setor público e os que se enquadram como empregado

doméstico, sendo seus valores absolutos, para o período em apreço, apresentados no Quadro 5. No setor privado em 2020, observa-se uma queda de 4,8 milhões de pessoas com relação ao ano de 2012. Já no setor público, o valor aumentou cerca de 880 mil pessoas. E a população dos empregados domésticos apresentaram queda de 1 milhão de pessoas.

**Quadro 5 - Composição absoluta da População Empregada (PE) por setor econômico - (médias anuais - mil pessoas)**

População de 14 anos ou mais de idade ocupada como empregado	Anos								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Total</b>	<b>62.408</b>	<b>63.039</b>	<b>64.083</b>	<b>62.982</b>	<b>61.565</b>	<b>61.286</b>	<b>61.726</b>	<b>62.633</b>	<b>57.341</b>
Setor Privado	45.179	45.966	46.762	45.575	44.261	43.898	43.996	44.798	40.290
Setor Público	11.121	11.118	11.378	11.357	11.160	11.234	11.506	11.587	12.001
Empregado Doméstico	6.109	5.956	5.944	6.050	6.144	6.155	6.224	6.249	5.050

**Fonte:** PNAD Contínua, 2021. (Adaptado pelo Orientador).

Isso posto, passa-se as observações relativas. Dessa forma, em 2020 a população no setor privado apresentou em porcentagem uma diminuição de 2,1% se comparado ao ano de 2012, enquanto no setor público o número de empregados aumentou consideravelmente superando em 3,1% os valores aferidos em 2012. A população de empregados doméstico seguiu a orientação percebida no setor privado e também apresentou queda, a qual per fez um total de 1%. Esses valores significam que, no período em apreço, a população no setor público foi a única que apresentou tendência de crescimento em relação as demais, como reflete o Quadro 6.

**Quadro 6 - Composição relativa da População Empregada (PE) por setor econômico.**

População de 14 anos ou mais de idade ocupada como empregado	Anos								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Setor Privado	72,4%	72,9%	73,0%	72,4%	71,9%	71,6%	71,3%	71,5%	70,3%
Setor Público	17,8%	17,6%	17,8%	18,0%	18,1%	18,3%	18,6%	18,5%	20,9%
Empregado Doméstico	9,8%	9,4%	9,3%	9,6%	10,0%	10,0%	10,1%	10,0%	8,8%

**Fonte:** PNAD Contínua, 2021. (Adaptado pelo Orientador)

### 5.3 COMPOSIÇÃO POR VINCULO DA POPULAÇÃO EMPREGADA (PE) NO SETOR PRIVADO

Em 2012, o Brasil registrava cerca de 34,1 milhões de pessoas empregadas no setor privado com carteira de trabalho assinada, mas em 2020 esse valor caiu para 30,6 milhões, tendo uma retração de 3,5 milhões de pessoas quando comparado os dois anos. No que diz respeito a categoria que não possui a carteira de trabalho assinada o valor em 2012 era de 11 milhões e em 2020, 9,6 milhões, sendo assim, observa-se também uma queda de 1,3 milhões de pessoas, como mostra o Quadro 7.

**Quadro 7** - Composição absoluta da População Empregada (PE) no setor privado - (médias anuais - mil pessoas).

População de 14 anos ou mais de idade ocupada como empregada no setor privado	Anos								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Total</b>	<b>45.179</b>	<b>45.966</b>	<b>46.762</b>	<b>45.575</b>	<b>44.261</b>	<b>43.898</b>	<b>43.996</b>	<b>44.798</b>	<b>40.290</b>
Com carteira de trabalho assinada	34.157	35.196	36.450	35.557	34.174	33.248	32.863	33.219	30.625
Sem carteira de trabalho assinada	11.022	10.770	10.313	10.019	10.088	10.650	11.133	11.579	9.665

Fonte: PNAD Contínua, 2021. (Adaptado pelo Orientador)

A partir desses dados, formula-se o Quadro 8, no qual registram-se os valores relativos da população empregada no setor privado com e sem carteira de trabalho assinada. Em 2012 o valor dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada correspondia a 75,6% e em 2020 passou para 76,0%, o que representa um ganho de 0,4%. Enquanto, os sem carteira de trabalho assinada em 2012 estavam com 24,4% em 2020 passaram para 24%, ou seja, tiveram um declínio de 0,4%.

**Quadro 8** - Composição relativa da População Empregada (PE) no setor privado - (médias anuais - mil pessoas).

População de 14 anos ou mais de idade ocupada como empregada no setor privado	Anos								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Com carteira de trabalho assinada	75,6%	76,6%	77,9%	78,0%	77,2%	75,7%	74,7%	74,2%	76,0%
Sem carteira de trabalho assinada	24,4%	23,4%	22,1%	22,0%	22,8%	24,3%	25,3%	25,8%	24,0%

Fonte: PNAD Contínua, 2021. (Adaptado pelo Orientador)

#### 5.4 COMPOSIÇÃO POR VINCULO DA POPULAÇÃO EMPREGADA (PE) NO SETOR PÚBLICO

A população dos empregados no setor público no Brasil, se dividem em população com carteira de trabalho assinada (conhecido como empregados públicos), população militar e funcionário público estatutário (os quais possuem regime empregatício próprio) e a população sem carteira de trabalho assinada (normalmente, aqueles contratados temporários, que tem sua relação regida por um contrato). Dentro desse conjunto, a tabela 09 aponta que aqueles que possuíam relações estabelecidas pela carteira de trabalho em 2020 caiu cerca de 224 mil pessoas, enquanto, a população dos militares e funcionários públicos estatutários aumentou 884 mil pessoas e a população sem carteira de trabalho também teve um acréscimo de 218 mil pessoas com relação com o ano inicial (2012). De tal forma, percebe-se que apenas o grupo composto pelos empregados públicos sofreu retração no período em apreço.

**Quadro 9** - Composição absoluta da População Empregada (PE) no setor público - (médias anuais - mil pessoas).

População de 14 anos ou mais de idade ocupada como empregada no setor público	Anos								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Total</b>	<b>11.121</b>	<b>11.118</b>	<b>11.378</b>	<b>11.357</b>	<b>11.160</b>	<b>11.234</b>	<b>11.506</b>	<b>11.587</b>	<b>12.001</b>
Com carteira de trabalho assinada	1.423	1.353	1.333	1.275	1.143	1.178	1.245	1.253	1.199
Militar e funcionário público estatutário	7.570	7.626	7.825	7.848	7.905	7.785	7.853	7.912	8.454
Sem carteira de trabalho assinada	2.129	2.139	2.221	2.233	2.112	2.270	2.409	2.422	2.347

**Fonte:** PNAD Contínua, 2021. (Adaptado pelo Orientador).

Em termos relativos, o Quadro 10 mostra que em 2020 a população no setor público com carteira de trabalho assinada teve queda de 2,8%. A população que engloba os militares e funcionários públicos estatutário teve aumento de 2,3% e a população sem carteira de trabalho assinada no setor público empregada teve variação positiva de 0,5%.

**Quadro 10** - Composição relativa da População Empregada (PE) no setor público - (médias anuais - mil pessoas).

Anos									
População de 14 anos ou mais de idade ocupada como empregada no setor público	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Com carteira de trabalho assinada	12,8%	12,2%	11,7%	11,2%	10,2%	10,5%	10,8%	10,8%	10,0%
Militar e funcionário público estatutário	68,1%	68,6%	68,8%	69,1%	70,8%	69,3%	68,2%	68,3%	70,4%
Sem carteira de trabalho assinada	19,1%	19,2%	19,5%	19,7%	18,9%	20,2%	20,9%	20,9%	19,6%

Fonte: PNAD Contínua, 2021. (Adaptado pelo Orientador).

## 5.5 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Fazem parte das medidas de subutilização da força de trabalho, a população desocupada, a subocupada por insuficiência de horas trabalhadas e a população de força de trabalho potencial. O Quadro 11 evidencia esse conjunto de sujeitos laborais, e, a partir de sua leitura, percebe-se que, em 2020 o valor da população desocupada aumentou cerca de 6,3 milhões, quando comparado ao ano de 2012. As subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas apresentaram um acréscimo de 267 mil pessoas. E a população na força de trabalho potencial teve aumento de 5,8 milhões de pessoas.

**Quadro 11** - Subutilização absoluta da força de trabalho no Brasil - (médias anuais - mil pessoas).

Anos									
Medidas de subutilização da força de trabalho (pessoas de 14 ou mais anos de idade)	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Total</b>	<b>18.704</b>	<b>16.693</b>	<b>15.385</b>	<b>18.080</b>	<b>22.481</b>	<b>26.347</b>	<b>27.247</b>	<b>27.585</b>	<b>31.194</b>
População Desocupada	7.058	6.924	6.699	8.531	11.696	13.176	12.790	12.575	13.415
Subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas.	6.003	4.994	4.504	4.886	4.733	5.910	6.573	6.990	6.270
Força de trabalho potencial	5.643	4.775	4.182	4.663	6.053	7.261	7.885	8.021	11.509

Fonte: PNAD Contínua, 2021. (Adaptado pelo Orientador).

Em continuidade, o Quadro 12 exibe a subutilização relativa da força de trabalho com base no valor exposto no ano de 2012. A população desocupada em 2020 apresentou um crescimento de 5% com base no ano de 2012; a população subocupada por insuficiência de horas trabalhadas teve uma variação de 10% e a população na força de trabalho potencial teve aumento de 3% no ano analisado.

**Quadro 12** - Subutilização relativa da força de trabalho no Brasil -  
(médias anuais - mil pessoas).

Medidas de subutilização da força de trabalho (pessoas de 14 ou mais anos de idade)	Anos								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
População Desocupada	38%	41%	44%	47%	52%	50%	47%	46%	43%
Subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas.	32%	30%	29%	27%	21%	22%	24%	25%	20%
Força de trabalho potencial	30%	29%	27%	26%	27%	28%	29%	29%	37%

**Fonte:** PNAD Contínua, 2021. (Adaptado pelo Orientador).

## 5.6 RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DA POPULAÇÃO EMPREGADA (PE)

A partir dos dados oriundos do Quadro 13, é possível mensurar-se que o rendimento médio real de todos os trabalhos habitualmente recebidos pelas pessoas com rendimento de trabalho no Brasil no setor privado com carteira de trabalho assinada em 2020 teve um aumento de R\$ 158,00. No setor privado sem carteira de trabalhos assinada apresentou-se aumento de R\$ 277,00. No setor público observa-se um aumento com relação aos empregados com carteira de trabalho assinada de R\$ 644,00, já os militares e funcionários públicos estatutário apresentou adição de R\$ 477,00, e com base nos sem carteira de trabalho houve acréscimo de R\$ 296,00. Quando comparado o setor público e privado, o setor que mais apresentou acréscimos de rendimentos mensais foi o público, principalmente com relação aos que possuem carteiras de trabalho assinada. Assim, ainda que, segundo os dados dos Quadros 9 e 10, os empregados públicos tenham tido reduções em seus valores absolutos e sua participação relativa, evidencia-se que no mesmo período esse contingente foi o que mais obteve ganho pecuniário.

**Quadro 13 - Rendimento médio mensal da População Empregada (PE) no Brasil.**

Rendimento médio mensal recebido pela População Empregada (PE)		Anos								
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Setor Privado	<b>Total</b>	<b>1.991</b>	<b>2.050</b>	<b>2.105</b>	<b>2.086</b>	<b>2.058</b>	<b>2.083</b>	<b>2.089</b>	<b>2.085</b>	<b>2.181</b>
	Com carteira de trabalho assinada	2.199	2.254	2.305	2.284	2.259	2.309	2.308	2.295	2.357
	Sem carteira de trabalho assinada	1.345	1.380	1.396	1.380	1.374	1.372	1.437	1.477	1.622
Setor Público	<b>Total</b>	<b>3.487</b>	<b>3.574</b>	<b>3.666</b>	<b>3.630</b>	<b>3.690</b>	<b>3.746</b>	<b>3.846</b>	<b>3.897</b>	<b>3.952</b>
	Com carteira de trabalho assinada	3.397	3.381	3.371	3.316	3.347	3.716	4.064	4.071	4.041
	Militar e funcionário público estatutário	3.980	4.078	4.208	4.180	4.201	4.258	4.382	4.435	4.457
	Sem carteira de trabalho assinada	1.785	1.895	1.927	1.870	1.953	1.995	1.967	2.027	2.081
Geral	<b>Total</b>	<b>2.148</b>	<b>2.211</b>	<b>2.275</b>	<b>2.255</b>	<b>2.244</b>	<b>2.275</b>	<b>2.302</b>	<b>2.307</b>	<b>2.444</b>

Fonte: PNAD Contínua, 2021. (Adaptado pelo Orientador).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi elaborado com a finalidade de analisar toda a evolução do mercado de trabalho brasileiro entre os anos de 2012-2020, sobretudo observando as possíveis modificações estruturais. Dessa forma, para a realização desta análise foram utilizadas revisões bibliográficas e dados disponíveis, especificamente pela PNAD e IBGE, com o intuito de investigar as possíveis mudanças com base na População Ocupada (PO) e a População Empregada (PE) no decorrer dos anos.

Nos anos avaliados, o mercado de trabalho sofreu grandes variações, as quais são mais perceptíveis nos anos de 2016-2020, quando Brasil, passou por uma grande crise econômica ocasionada, em maior parcela pela instabilidade política e a falta de políticas públicas desenvolvimentistas. Com base nos resultados, a população empregada apresentou uma das quedas mais alta já registrada desde o início da série em 2012. Como consequência, a taxa da população desempregada teve alta de 13,5%, sendo também uma das mais elevadas nos últimos anos (não teve ser desconsiderado os problemas decorrentes da crise sanitária gerada pela Covid-19).

Especificamente sobre o Covid-19, o número de empregados apresentou retração, enquanto os empregadores e os que começaram a trabalhar por conta própria só cresceram em 2020, isso aconteceu por que com a paralisação econômica como forma de combate ao vírus, várias pessoas começaram a trabalhar de forma autônoma em *home-office*. Logo, a perda da população ocupada em 2020 afetou diretamente os setores econômicos, principalmente o setor privado e o de empregados domésticos (setores já prejudicados anteriormente pela falta de crescimento significativo dos anos anteriores).

Como desfecho, foi possível analisar também um avanço da subutilização da força de trabalho, fato contestado pelo crescimento significativo da população de trabalho potencial, sendo uma das que mais tiveram aumento nos últimos anos com relação às outras categorias estudadas. Esses avanços mostram que há um grande número de pessoas que não fazem parte da população ocupada ou desocupada, mas que estão à procura de um trabalho.

Sugere-se que novos estudos se façam presentes, haja vista, a importância do mercado de trabalho na economia brasileira, já que, qualquer alteração neste mercado pode influenciar diretamente todos os setores econômicos. Desse modo, salienta-se a urgência de ações governamentais (em todas as esferas) que busquem atenuar a taxa de desemprego e de informalidade (o que conseqüentemente, fomenta a exclusão de muitos brasileiros e os privam de níveis sociais e econômicos mínimos).



## REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. 3. ed. atual. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. Disponível em: <https://brito964.files.wordpress.com/2013/06/o-que-c3a9-trabalho-suzana-albornoza.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.
- ALVES, L.; ALMEIDA, L.; RODRIGUES, D. **As principais características das relações de emprego e relações de trabalho**. Minas Gerais, 2015. Disponível em: [http://site.fenord.edu.br/revistaacademica/revista2015/textos/Art.04\\_Rev\\_Ag\\_Acad%20\\_Vol\\_03.pdf](http://site.fenord.edu.br/revistaacademica/revista2015/textos/Art.04_Rev_Ag_Acad%20_Vol_03.pdf). Acesso em: 18 maio 2021.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX**; tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2018/08/Trabalho-e-For%C3%A7a-de-Trabalho.-Harry-Braverman.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.
- BRASIL, Nações Unidas. **Trabalho escravo**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-07/position-paper-trabalho-escravo.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.
- CALSING, R.; ALVARENGA, R. Trabalho decente doméstico: a nova Lei complementar 150/2015. **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, PR, v. 5, n. 52, p. 75-98, jul. 2016. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/95436>. Acesso em: 18 maio 2021.
- CASIT. Carta Social do Trabalho. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/carta-32-mercado-de-trabalho-e-educacao/>. Acesso em: 19 maio 2021.
- COUTINHO, M. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. **Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação**, [s. l.], v. 12, ed. 2, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v12n2/a05v12n2.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.
- DAVID, C.; ARAUJO, M.; SILVA, W. **Fundamentos da Economia**. Cuiabá - MT: Rede e-tec Brasil, 2013. Disponível em: [http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1588/Fundamentos\\_de\\_Economia-10.01.14.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1588/Fundamentos_de_Economia-10.01.14.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 21 abr. 2021.
- DIAS, H. M. O. R. **Introdução à economia do trabalho: teorias e políticas**. Disponível em: <https://pt.coursera.org/learn/economia-do-trabalho>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**: tradução Eduardo Brandão. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/203937/mod\\_resource/content/1/Da%20divis%C3%A3o%20social%20do%20trabalho.%20%C3%A9mile%20Durkheim%20-%20tradu%C3%A7%C3%A3o%20de%20Eduardo%20Brand%C3%A3o.%20-%202020ed.%20-%20S%C3%A3o%20Paulo%20-%20Martins%20Fontes%20-%201999.%20-%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/203937/mod_resource/content/1/Da%20divis%C3%A3o%20social%20do%20trabalho.%20%C3%A9mile%20Durkheim%20-%20tradu%C3%A7%C3%A3o%20de%20Eduardo%20Brand%C3%A3o.%20-%202020ed.%20-%20S%C3%A3o%20Paulo%20-%20Martins%20Fontes%20-%201999.%20-%281%29.pdf). Acesso em: 14 abr. 2021.

FEIRE JÚNIOR, L. **Você sabe quais os requisitos caracterizadores de uma relação de emprego?** Disponível em: <http://modusoperandibylevivfreirejr.blogspot.com/2015/06/voce-sabe-quais-os-requisitos.html>. Acesso em: 10 maio 2021.

GARCIA, F.; HENRIQUE, H. **O sentido do trabalho e suas dimensões:** uma pesquisa exploratória sobre a percepção de grupo de trabalhadores inseridos em uma empresa do ramo de serviços especializados para eventos. Belo Horizonte - MG, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unifacel.com.br/index.php/facefpesquisa/article/view/697>. Acesso em: 18 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA - PNAD CONTÍNUA:** Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2020. Disponível: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Principais\\_destaque\\_PNAD\\_continua/2012\\_2020/PNAD\\_continua\\_retrospectiva\\_2012\\_2020.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaque_PNAD_continua/2012_2020/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2020.pdf). Acesso em: 19 abril 2021.

LAMOUNIER, V. L. **Da escravidão ao trabalho livre:** a lei de locação de serviços de 1879. Campinas, Papirus, 1988.

LOPES, T. F. A. **O mercado de trabalho e o trabalho temporário:** um estudo de caso. Dissertação, 2017. Departamento de Economia. Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15714/1/tania\\_almeida\\_lopes\\_diss\\_mestrado.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15714/1/tania_almeida_lopes_diss_mestrado.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas, v. 1).

OLIVEIRA, S.; PICCININI, V. **Mercado de trabalho:** múltiplos (des)entendimentos. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/94606>. Acesso em: 21 abr. 2021.

PEREIRA, L. **O trabalho autônomo e a reforma trabalhista.** Uberlândia, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/23558/1/TrabalhoAutonomoReforma.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.

POINCARÉ, J. H. **Introdução à economia do trabalho.** Disponível em: <https://statics-submarino.b2w.io/sherlock/books/firstChapter/110044371.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.

RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro:** tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4818](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4818). Acesso em: 13 abr. 2021.

SOUZA, L.; LAUTERT, L. **Trabalho voluntário:** uma alternativa para a promoção da saúde de idosos. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n2/a21.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.